

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

CNPJ nº 29.030.467/0001-66

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 7º Andar
CEP 01452-000, São Paulo – SP.

T: (11) 2202.8100
br.scotiabank.com



Demonstrações Financeiras em 30 de Junho de 2019

Sumário

Relatório da Administração	3
Balanço Patrimonial	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	5
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	5
Diretoria	11
Contador	11
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	11

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Diretoria do Scotiabank Brasil submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras dos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, acompanhados das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Agradecimentos: O Scotiabank Brasil agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

Diretoria Executiva

Balanço Patrimonial em 30 de Junho (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante		5.182.614	3.230.304	Circulante		4.235.633	2.096.033
Disponibilidades	4	15.628	38.395	Depósitos	12	358.199	402.839
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.246.449	1.402.614	Depósitos à vista		107	146
Aplicações no mercado aberto		2.042.318	1.307.606	Depósitos interfinanceiros		-	25.179
Aplicações em depósitos interfinanceiros		204.131	95.008	Depósitos a prazo		358.092	377.514
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		435.136	612.254	Captações no mercado aberto	13	408.079	40.503
Carteira própria	3d, 6	238.301	151.214	Carteira própria		-	40.503
Vinculados a operações compromissadas		-	40.569	Carteira de terceiros		408.079	-
Instrumentos financeiros derivativos	3e, 7	196.835	36.749	Recursos de aceites e emissão de títulos	14	-	859
Vinculados a prestação de garantias	3d, 6	-	383.722	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		-	859
Relações interfinanceiras		5	4	Obrigações por empréstimos	15	1.267.809	652.032
Créditos vinculados:				Empréstimos no exterior		1.267.809	652.032
Depósitos no Banco Central		5	4		16,		
Operações de crédito		907.158	682.096	Obrigações por repasses	26a	782.008	586.421
Operações de crédito				Repasses do exterior		782.008	586.421
Setor privado	3f, 9a	907.239	682.779	Instrumentos financeiros derivativos	3e, 7	282.681	202.267
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3g, 9c/d	(81)	(683)	Instrumentos financeiros derivativos		282.681	202.267
Outros créditos		1.577.292	493.945	Outras obrigações		1.136.857	211.112
Carteira de câmbio	10	1.628.510	516.079	Carteira de câmbio	10	1.084.034	142.556
Rendas a receber		-	4	Fiscais e previdenciárias	17	31.233	48.381
Negociação e intermediação de valores	3e, 7	9.710	40.939	Negociação e intermediação de valores	3e, 7	1.012	2.967
Diversos	11	21.220	21.065	Diversas	18	20.578	17.208
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	3g, 9c/d	(82.148)	(84.142)	Exigível a longo prazo		1.095.336	1.270.472
Outros valores e bens		946	996	Depósitos	12	17.936	131.626
Despesas antecipadas		946	996	Depósitos a prazo		17.936	131.626
Realizável a longo prazo		1.242.021	1.158.865	Obrigações por empréstimos	15	-	73.358
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		746.009	368.823	Empréstimos no exterior		-	73.358
Carteira própria	3d, 6	112.554	-		16,		
Instrumentos financeiros derivativos	3e, 7	15.406	19.709	Obrigações por repasses	26a	386.420	578.280
Vinculados a prestação de garantias	3d, 6	618.049	349.114	Repasses do exterior		386.420	578.280
Operações de crédito		416.420	703.548	Instrumentos financeiros derivativos	3e, 7	618.744	421.295
Operações de crédito				Instrumentos financeiros derivativos		618.744	421.295
Setor privado	3f, 9a	416.420	705.564	Outras obrigações		72.236	65.913
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3g, 9c/d	-	(2.016)	Fiscais e previdenciárias	17	39.881	34.969
Outros créditos		79.591	86.485	Diversas	18	32.355	30.944
Diversos	11	79.591	86.485	Patrimônio líquido		1.099.278	1.026.396
Outros valores e bens		1	9	Capital:			
Despesas antecipadas		1	9	De domiciliados no exterior	20	796.879	796.036
Permanente	3h	5.612	3.732	Reservas de lucros	20	263.043	204.499
Investimentos		6	6	Ajustes de avaliação patrimonial	3d, 6	17.182	(5.890)
Outros investimentos		6	6	Lucros acumulados		22.174	31.751
Imobilizado de uso		5.366	3.469				
Outras imobilizações de uso		16.117	13.625				
Depreciações acumuladas		(10.751)	(10.156)				
Intangível		240	257				
Ativos Intangíveis		1.102	998				
Amortizações acumuladas		(862)	(741)				
Total do ativo		6.430.247	4.392.901	Total do passivo		6.430.247	4.392.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado

Semestres Findos em 30 de Junho (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2019	2018
Receitas da intermediação financeira		130.480	381.121
Operações de crédito		28.277	148.039
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		96.150	76.699
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	6.053	112.551
Resultado de operações de câmbio		-	43.832
Despesas da intermediação financeira		(54.008)	(303.268)
Operações de captação no mercado		(20.006)	(37.068)
Operações de empréstimos e repasses		(19.395)	(253.648)
Resultado de operações de câmbio		(15.812)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9d	1.205	(12.552)
Resultado bruto da intermediação financeira		76.472	77.853
Outras receitas (despesas) operacionais		(37.715)	(20.476)
Receitas de prestação de serviços		6.362	20.319
Despesas de pessoal		(28.159)	(24.553)
Outras despesas administrativas		(10.773)	(10.061)
Despesas tributárias		(5.319)	(8.725)
Outras receitas operacionais	26b	1.257	3.242
Outras despesas operacionais	26b	(1.083)	(698)
Resultado operacional		38.757	57.377
Resultado não operacional		-	(12)
Resultado antes da tributação e participações no lucro		38.757	57.365
Imposto de renda e contribuição social	21	(15.416)	(23.943)
Provisão para imposto de renda		(12.265)	(17.704)
Provisão para contribuição social		(7.431)	(10.020)
Ativo fiscal diferido		4.280	3.781
Lucro líquido dos semestres		23.341	33.422
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		5,55	7,96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Semestres Findos em 30 de Junho (Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		9.939	27.436
Lucro líquido dos semestres		23.341	33.422
Ajustes ao lucro líquido		(13.402)	(5.986)
(Reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	9d	(2)	(780)
Despesa (reversão) de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9d	(1.203)	13.332
Depreciações e amortizações		530	512
Perda na baixa de imobilizado de uso		-	3
Impostos diferidos		(13.211)	(19.360)
Despesa de provisão para passivos contingentes e obrigações legais	19d	484	307
Variação de ativos e obrigações		(691.096)	(829.288)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(502.283)	(202.141)
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(29.143)	328.912
Reversão (aumento) em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		(1)	-
Redução em relações interfinanceiras		-	113
Redução (aumento) em relações interdependências		(15.497)	-
Redução (aumento) em operações de crédito		11.018	(587.177)
Redução (aumento) em outros créditos		(426.647)	119.825
(Aumento) em outros valores e bens		(461)	(497)
Aumento (redução) em depósitos	12	62.209	(787.213)
Aumento em captações no mercado aberto	13	346.006	40.503
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		(927)	63
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses	15, 16	(573.707)	601.634
Aumento (redução) em outras obrigações		438.377	(343.310)
(Redução) em resultado de exercícios futuros		(40)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(681.157)	(801.852)
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso		(402)	(767)
Aplicações no ativo intangível		(66)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(468)	(767)
Atividades de financiamentos			
Aumento de capital		-	474.915
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		-	474.915
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(681.625)	(327.704)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres		1.426.469	859.139
Caixa e equivalentes de caixa no final dos semestres	4	744.844	531.435
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(681.625)	(327.704)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres Findos em 30 de Junho (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutárias			
Saldos em 1º de janeiro de 2018	321.121	19.054	183.774	408	-	524.357
Aumento de capital	474.915	-	-	-	-	474.915
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(6.298)	-	(6.298)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	33.422	33.422
Destinações:						
Reserva legal	-	1.671	-	-	(1.671)	-
Saldos em 30 de junho de 2018	796.036	20.725	183.774	(5.890)	31.751	1.026.396
Saldos em 1º de janeiro de 2019	796.879	22.007	239.869	8.534	-	1.067.289
Ajustes de avaliação patrimonial	6b	-	-	8.648	-	8.648
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	23.341	23.341
Destinações:						
Reserva legal	-	1.167	-	-	(1.167)	-
Saldos em 30 de junho de 2019	796.879	23.174	239.869	17.182	22.174	1.099.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

em 30 de Junho de 2019 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: O Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco") está organizado e autorizado a exercer a sua atividade como banco múltiplo e a operar por meio das carteiras de investimento e comercial, incluindo câmbio. Os acionistas do Banco são o The Bank of Nova Scotia ("BNS") e o BNS Investments Inc. (investida integral do BNS), ambos com sede no Canadá.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 12 de agosto de 2019. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa, estimativas do valor justo de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. Os valores realizáveis e exigíveis até um ano e após um ano são segregados, respectivamente, em circulante e longo prazo, na forma da regulamentação vigente. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto.

3. Descrição das Principais Práticas Contábeis: a) **Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. Para fins de melhor apresentação, o Banco efetua a reclassificação da variação cambial das contas "Outras receitas/despesas operacionais" diretamente para as respectivas contas "Receitas / despesas da intermediação financeira" na demonstração de resultado. b) **Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço. c) **Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. d) **Títulos e valores mobiliários:** São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: "Títulos para negociação", relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários e "Títulos mantidos até o vencimento", os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais tem os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme

publicado pela ANBIMA. No caso da aplicação em fundo de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

e) **Instrumentos financeiros derivativos:** O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Essas operações têm por finalidade gerenciar as exposições de riscos de mercado, que estão associados a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A política de atuação, o controle, o estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, seguem diretrizes da Administração do Banco. De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*). As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Uma área independente das áreas operacionais e de negócios é responsável pela avaliação e mensuração dos ativos e passivos existentes no Banco. O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como *swaps*, termos, operações de futuros e outros derivativos, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independentemente da metodologia de apreçamento adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Para os instrumentos derivativos negociados em balcão, os ajustes refletem o risco atribuível à qualidade creditícia do emissor ou da contraparte, mensurados por meio de metodologia aprovada internamente. f) **Operações de crédito:** São registradas considerando os rendimentos auferidos, reconhecidos em base pro rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas. As receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias são registrados em conta de rendas a apropriar, sendo reconhecidos em resultado quando de seu efetivo recebimento. g) **Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa:** Fundamentada na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração para concluir quanto ao valor adequado para absorver prováveis perdas na sua realização levando em conta a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, bem como o disposto na Resolução CMN nº 2.682, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação. h) **Permanente:** Demonstrado pelos seguintes aspectos: • **Outros investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável; • **Imobilizado**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

de uso: correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens;

Intangível: Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Redução ao valor recuperável: Conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.566 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 (*impairment*), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado. Em 30 de junho de 2019 e 2018 não foram identificadas perdas por *impairment*.

j) Passivos circulante e exigível a longo prazo: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base pro rata) e cambiais incorridos.

k) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 15% sobre o resultado tributável. Em 30 de junho de 2019, o Banco possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias. Com base na Resolução CMN nº 3.059 e alterações posteriores, os resultados tributáveis históricos e projeções de curto e médio prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos (nota 21 "c").

l) PIS e COFINS: As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias): O Banco segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas. Nas demonstrações financeiras não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais

em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

n) Pagamento baseado em ações: Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. O Banco contabiliza sua despesa no resultado do semestre em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 23).

o) Benefícios a empregado pós-emprego: Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.424, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregado. Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os planos de benefício definido são benefícios pós-emprego que não sejam planos de contribuição definida. Para esta modalidade de plano, a obrigação do Banco é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado (nota 24).

4. Componentes de Caixa e Equivalentes de Caixa	2019	2018
Disponibilidades	15.628	38.395
Aplicações no mercado aberto	525.085	398.032
Aplicações em depósitos interfinanceiros	204.131	95.008
Total	744.844	531.435

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2019			2018	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	Total	Total
Aplicações no mercado aberto	936.387	666.435	439.496	2.042.318	1.307.606
Posição bancada	936.387	491.663	206.387	1.634.437	1.307.606
Posição financiada	-	5.519	-	5.519	-
Posição vendida	-	169.253	233.109	402.362	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	204.131	-	-	204.131	95.008
Total	1.140.518	666.435	439.496	2.246.449	1.402.614

6. Títulos e Valores Mobiliários: O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2019 e 2018 eram os seguintes:

a) Títulos para negociação:

	2019					2018			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Valor de mercado/ contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/ contábil	Custo atualizado
Carteira própria									
LTN	222.345	1.307	1.012	157	-	224.821	224.806	129.089	129.105
NTN	-	-	5.504	922	7.054	13.480	12.923	14.116	14.113
Total	222.345	1.307	6.516	1.079	7.054	238.301	237.729	143.205	143.218

Em 30 de junho de 2019, o Banco não possui títulos para negociação vinculados a operações compromissadas (2018 - R\$ 40.569) e a prestação de garantias (2018 - R\$ 334.518).

b) Títulos disponíveis para venda:

	2019				2018			
	Sem vencimento	De 1 a 3 anos	Valor de mercado/ contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/ contábil	Custo atualizado		
Carteira própria								
LTN	-	2.134	2.134	1.985	-	-	-	-
NTN	-	110.420	110.420	105.660	-	-	-	-
Subtotal	-	112.554	112.554	107.645	-	-	-	-
Vinculados a prestação de garantias								
LTN	-	585.826	585.826	562.098	371.949	381.767		
Cotas de fundo de investimento	32.223	-	32.223	32.223	26.369	26.369		
Subtotal	32.223	585.826	618.049	594.321	398.318	408.136		
Total	32.223	698.380	730.603	701.966	398.318	408.136		

c) Títulos mantidos até o vencimento: Em 30 de junho de 2019 o Banco não possui títulos mantidos até o vencimento (2018 em carteira própria - R\$ 8.009). Os títulos públicos federais encontram-se custodiados na SELIC e as cotas de fundo de investimento no B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão.

7. Instrumentos Financeiros Derivativos: Os quadros a seguir demonstram os valores referenciais atualizados ao preço de mercado, os respectivos ajustes a receber e a pagar e as exposições líquidas nos balanços patrimoniais para os instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2019 e 2018:

	2019		2018	
	Valor de mercado	Ajuste a receber (pagar)	Valor de mercado	Ajuste a receber (pagar)
Futuros				
Posição comprada	10.697.306	8.233	8.863.012	38.653
DI	966.644	1.189	816.937	446
DDI	8.816.682	7.794	7.060.133	37.868
Dólar	913.980	(750)	985.942	339

	2019		2018	
	Valor de mercado	Ajuste a receber (pagar)	Valor de mercado	Ajuste a receber (pagar)
Futuros				
Posição vendida	1.540.457	490	2.565.845	(2.925)
DI	380.318	(11)	1.106.078	(51)
DDI	913.871	717	874.088	(18)
Dólar	246.268	(216)	585.679	(2.856)

Em 30 de junho de 2019 o Banco não possui contratos de *swap* cambial com ajuste periódico (2018 - R\$ 576.145 posição vendida).

Em 30 de junho de 2019, além dos ajustes diários de contratos futuros, encontra-se registrado na rubrica "Outras obrigações - negociação e intermediação de valores" no passivo circulante, o montante de R\$ 25 (2018 - R\$ 20), referente a comissões e corretagens a liquidar junto ao B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Valor de:	2019			2018		
	Mercado		Custo atualizado	Mercado		Custo atualizado
	Referencial	Líquido	Líquido	Referencial	Líquido	Líquido
Swap						
Posição ativa	7.712.147			6.485.573		
CDI	7.712.147	7.712.147	7.628.813	6.468.937	6.453.165	6.358.760
Dólar	-	-	-	16.636	-	-
Ajustes prudenciais (i)	-	(24)	-	-	-	-
Posição passiva	(8.406.610)			(7.067.199)		
CDI	-	-	-	(15.772)	-	-
Dólar	(8.406.610)	(8.406.610)	(8.189.618)	(7.051.427)	(7.034.791)	(7.120.109)
Operações a Termo						
Posição ativa	702.963			585.062		
Dólar	432.532	168.784	175.996	326.582	43.502	48.115
Prefixado	270.431	-	-	258.480	-	-
Posição passiva	(697.660)			(570.540)		
Dólar	(263.748)	-	-	(283.080)	-	-
Prefixado	(433.912)	(163.481)	(168.096)	(287.460)	(28.980)	(30.543)
Total do valor líquido		(689.184)			(567.104)	

(i) Veja nota 3 "e".

O quadro a seguir demonstra os valores referenciais atualizados ao preço de mercado registrados em contas de compensação e os respectivos prazos de vencimento em 30 de junho de 2019 e 2018:

	2019				2018	
	Até 1 mês	De 1 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Futuros	2.173.680	1.381.997	1.361.987	7.320.099	12.237.763	11.428.857
Swap	(27.157)	(25.562)	(41.316)	(600.452)	(694.487)	(581.626)
Operações a termo	1.806	6.977	(594)	(2.886)	5.303	14.522

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, estão assim compostos:

	2019	2018
Futuros	36.746	(474.492)
Swap	(34.864)	10.973
Operações a termo	4.168	576.070
Opções	3	-
Total	6.053	112.551

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados no B3 S.A.-Brasil, Bolsa, Balcão.

8. Gerenciamento de Riscos: Administração de Risco Operacional: O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro da organização. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Banco. A estrutura de risco operacional no Banco também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Banco e do BNS. **Administração de Riscos de Mercado e Liquidez:** Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de risco são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade. A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Banco o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº

4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Banco apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.193. **Administração de Risco de Crédito:** Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nº 2.682, 2.844, 4.557, 4.677, 4.693, entre outras) e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Banco, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam. A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Banco e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Banco, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*, sendo que estes, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682, são revistos semestralmente para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante exceda 5% do patrimônio líquido ajustado do Banco. De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito da instituição. **Gerenciamento de capital:** O Banco está empenhado em manter uma sólida base de capital a fim de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Banco, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557. Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Banco visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios sobre o capital. A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Banco. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital do Banco por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital. A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.br.scotiabank.com>.

9. Operações de Crédito: a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação, atividade e prazo

	2019			2018	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Setor privado - a vencer em:	36.218	89.013	30.000	155.231	213.613
Cédula de crédito bancário (CCB)					
Indústria	31.047	19.390	-	50.437	68.609
Comércio	5.171	9.301	-	14.472	33.745
Outros serviços - PJ	-	60.322	30.000	90.322	111.259
Nota de crédito à exportação (NCE)	8.018	773.990	386.420	1.168.428	1.163.764
Indústria	8.018	773.990	386.420	1.168.428	1.163.764
Financiamento para importação	-	-	-	-	10.966
Comércio	-	-	-	-	10.966
Exportação - ACC	266.479	275.489	-	541.968	208.096
Indústria	266.479	275.489	-	541.968	208.096

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

	2019			2018	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Sétor privado - a vencer em:					
Rendas a receber de ACC	3.050	3.180	-	6.230	3.915
Indústria	3.050	3.180	-	6.230	3.915
Exportação - ACE	-	-	-	-	118.371
Indústria	-	-	-	-	118.371
Rendas a receber de ACE	-	-	-	-	401
Indústria	-	-	-	-	401
Variação cambial sobre ACC/ACE (i)	(1.717)	(1.128)	-	(2.845)	41.211
Indústria	(1.717)	(1.128)	-	(2.845)	41.211
Recebíveis	-	-	-	-	1.860
Comércio	-	-	-	-	1.860
Total	312.048	1.140.544	416.420	1.869.012	1.762.197

(i) Conforme instruções do BACEN, o Banco calcula a provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base no saldo da moeda estrangeira de Adiantamentos sobre contratos de câmbio Exportação - Letras a entregar (ACC) e Exportação - Letras entregues (ACE), convertidos em reais mensalmente pela taxa de câmbio (PTAX) fornecida pelo BACEN para fins de balanço. Em 30 de junho de 2019 e 2018 o Banco não teve operações de cessão de crédito com transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios, de acordo com a Resolução CMN nº 3.533.

	2019	2018
b) Concentração do risco de crédito		
Principal devedor	1.168.428 (i)	1.163.764
Percentual sobre o total da carteira de crédito	62,5%	66,0%
20 maiores devedores	1.869.012	1.762.197
Percentual sobre o total da carteira de crédito	100,0%	100,0%

(i) Veja nota 26 "a".

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível de Risco	% de Provisão	Total da carteira		Provisão para créditos de liquidação duvidosa	
		2019	2018	2019	2018
AA	0,0%	1.735.399	1.517.130	-	-
A	0,5%	16.259	93.898	(81)	(470)
C	3,0%	-	31.366	-	(2.509)
G	70,0%	117.354	119.803	(82.148)	(83.862)
Total		1.869.012	1.762.197	(82.229)	(86.841)

(i) Provisão excedente de 5% em relação ao mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682.

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldos no início dos semestres	(83.434)	(74.289)
Constituição de provisão	(4)	(13.374)
Reversão de provisão	1.209	822
Saldos no final dos semestres	(82.229)	(86.841)

e) Créditos renegociados, recuperados e baixados para prejuízo: O montante de créditos renegociados no semestre findo em 30 de junho de 2019 representa R\$ 79.754 (2018 - R\$ 163.444). Durante os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, não houve recuperações e créditos baixados para prejuízo.

	2019	2018
10. Carteira de Câmbio - Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	1.273.170	459.422
Direitos sobre vendas de câmbio	349.110	52.341
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	6.230	4.316
Total	1.628.510	516.079

	2019	2018
Câmbio vendido a liquidar	348.988	52.289
Obrigações por compra de câmbio	1.277.014	416.734
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(541.968)	(326.467)
Total	1.084.034	142.556

	2019	2018
11. Outros Créditos - Diversos		
Créditos tributários - IRPJ e CSLL (nota 21 "b")	52.106	60.454
Depósitos judiciais (nota 19 "d")	37.901	36.677
Antecipação de IRPJ e CSLL	5.279	7.429
Valores a receber de sociedades ligadas	4.583	133
Outros	942	997
Recebíveis	-	1.860
Total	100.811	107.550
Ativo circulante	21.220	21.065
Realizável a longo prazo	79.591	86.485

	2019			2018	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Depósitos à vista	107	-	-	-	107
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo	-	119.729	238.363	17.936	376.028
Total	107	119.729	238.363	17.936	376.135

Em 30 de junho de 2019 o percentual médio das captações dos depósitos é 100,4% do DI (2018 - 99,4% do DI).

13. Captações no Mercado Aberto: Em 30 de junho de 2019, estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 408.079, com vencimentos até novembro de 2019 e taxa de 6,4% ao ano, correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, e em 30 de junho de 2018 no montante de R\$ 40.503, correspondentes a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos da carteira própria.

14. Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares

Em 30 de junho de 2019, o Banco não possui obrigação por emissão de Letras Financeiras (2018 - R\$ 859).

15. Obrigações por Empréstimos: As obrigações por empréstimos no exterior no montante de R\$ 1.267.809 (2018 - R\$ 725.390) estão representadas, basicamente, por operações destinadas a financiamentos a exportação, com vencimentos até dezembro de 2019. As operações são atualizadas pela variação cambial acrescidas de juros que variam de 2,40% a 2,59% ao ano.

16. Obrigações por Repasses: As obrigações por repasses no exterior no montante de R\$ 1.168.428 (2018 - R\$ 1.164.701) estão representadas, por captação externa na forma da Resolução CMN nº 2.921, com vencimentos até junho de 2021. As operações são atualizadas pela variação cambial acrescidas de juros que variam de 2,69% a 3,51% ao ano.

17. Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

Provisão para IRPJ e CSLL diferidos (nota 21 "b") 40.653 36.277
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar 28.627 43.302
Impostos e contribuições a recolher 1.834 3.771

Total 71.114 83.350

Passivo circulante 31.233 48.381

Exigível a longo prazo 39.881 34.969

18. Outras Obrigações - Diversas

Provisão para contingências fiscais e trabalhistas (nota 19 "d") 26.837 25.979

Salários, gratificações e encargos sociais 24.541 20.822

Contas a pagar - despesas administrativas 1.336 937

Outras 219 414

Total 52.933 48.152

Passivo circulante 20.578 17.208

Exigível a longo prazo 32.355 30.944

19. Contingências e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: a)

Contingências ativas: O Banco não possui qualquer ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui neste momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros.

b) Contingências passivas: O Banco é parte em processos de ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3 "m".

O Banco mantém provisões constituídas para esses passivos contingentes classificados como perdas prováveis, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas. Os valores provisionados encontram-se registrados na rubrica "Outras obrigações - diversas" (nota 18), no exigível a longo prazo. As ações trabalhistas em andamento classificadas como perdas possíveis, representam o montante de R\$ 32.168 (2018 - R\$ 30.966). Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por ex-empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações, substancialmente no que se refere ao pagamento de horas extras e outros direitos trabalhistas. Existem processos em andamento de natureza fiscal classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 10.728 (2018 - R\$ 10.155), decorrentes de tributos que o Banco vem discutindo judicialmente, basicamente relativo a um pedido de compensação de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 5.246 (2018 - R\$ 5.141) e a um pedido de nulidade do auto de infração no montante de R\$ 5.482 (2018 - R\$ 5.014), referente a impostos (ISS) reclamados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, incidentes sobre serviços prestados pelo Banco. Estes processos possuem depósitos judiciais suficientes para cobertura do risco fiscal.

c) Obrigações legais: A provisão para contingência do processo principal no montante de R\$ 18.574 (2018 - R\$ 18.045), incluindo o seu depósito judicial de valor equivalente à provisão, refere-se a uma contestação judicial quanto à exigibilidade da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, nos termos da Emenda Constitucional nº 17/97 e Lei Complementar nº 770 no tocante à sua legalidade ou constitucionalidade.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

d) Movimentação dos saldos	Saldo em					Depósitos judiciais		
	31/12/2018	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 30/06/2019	2019	2018 (i)
Trabalhistas	705	-	(35)	(128)	16	558	219	397
Contingências fiscais	-	-	-	-	-	-	10.810	10.380
Obrigações legais	25.776	134	(8)	-	377	26.279	26.872	25.900
Total	26.481	134	(43)	(128)	393	26.837	37.901	36.677

(i) Veja nota 11.

20. Patrimônio Líquido: O capital social, totalmente integralizado, está representado por 4.204.886.326 (2018 - 4.200.439.657) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Administração delibera a cada período, sobre a destinação do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente. O saldo da reserva estatutária refere-se a parcela não distribuída de lucros de exercícios anteriores, que por decisão da Assembleia Geral, foram transferidos para os exercícios subsequentes.

21. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações:

	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e após participações nos lucros	38.757	38.757	57.365	57.365
Adições (exclusões) temporárias	33.030	33.030	49.177	49.177
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	23.124	23.124	29.905	29.905
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.205)	(1.205)	12.552	12.552
Provisão para riscos de crédito - Debêntures	(335)	(335)	(1.440)	(1.440)
Outras	11.446	11.446	8.160	8.160
Adições (exclusões) permanentes	81	83	76	78
Base tributável	71.868	71.870	106.618	106.620
Compensação de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social	-	-	(6.082)	(15.188)
Base tributável após a compensação	71.868	71.870	100.536	91.432
Alíquotas	25%	15%	25%	20%
Total IRPJ e CSLL - valores correntes antes dos incentivos fiscais	(17.955)	(10.780)	(25.122)	(18.287)
Incentivos fiscais	108	-	106	-
Total IRPJ e CSLL - valores correntes	(17.847)	(10.780)	(25.016)	(18.287)
Crédito tributário	2.675	1.605	3.441	340
Passivo fiscal diferido	5.582	3.349	7.312	8.267
Total	(9.590)	(5.826)	(14.263)	(9.680)

b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem:

Créditos tributários	Saldo em 31/12/2018		Realização/Reversão	Saldo em 30/06/2019
	Constituição	Reversão		
Refletido no resultado	47.826	5.046	(766)	52.106
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33.373	46	(528)	32.891
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	10.589	195	(59)	10.725
Outros	3.864	4.805	(179)	8.490
Total	47.826	5.046	(766)	52.106

Passivo fiscal diferido	Saldo em 31/12/2018		Realização/Reversão	Saldo em 30/06/2019
	Constituição	Reversão		
Refletido no resultado	(38.131)	(9.623)	18.554	(29.200)
Marcação a mercado de derivativos	(30.288)	(9.167)	18.209	(21.246)
Marcação a mercado de TVM classificados como negociação	(361)	(213)	345	(229)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(7.482)	(243)	-	(7.725)
Refletido no patrimônio líquido	(5.688)	(7.156)	1.391	(11.453)
Marcação a mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	(5.688)	(7.156)	1.391	(11.453)
Total	(43.819)	(16.779)	19.945	(40.653)

c) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:

Prazo de Realização	Diferenças temporárias		Total
1º Ano	10.512	10.512	10.512
2º Ano	7.370	7.370	7.370
3º Ano	7.264	7.264	7.264
4º Ano	16.227	16.227	16.227
5º Ano	-	-	-
6º ao 10º Ano	10.733	10.733	10.733
Total	52.106	52.106	52.106
Valor Presente (i)	37.404	37.404	37.404

(i) Para ajuste a valor presente foi usada a taxa anual de CDI projetada.

Na data do balanço, inexistem créditos tributários não ativados.

22. Partes Relacionadas: As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.636, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas. a) **Transações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2019	2018	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
	Disponibilidades	1.518	1.821	3.021
BNS	1.518	1.821	3.021	(6.398)
Carteira de câmbio - posição ativa	8.251	8.232	(668)	199
BNS	8.251	8.232	(668)	199
Valores a receber (pagar) sociedades ligadas/receitas (despesas) de prestação de serviços	4.445	(164)	5.782	19.750
BNS	3.380	(297)	5.207	18.469
Scotiabank & Trust (Cayman)	148	-	784	1.270
Scotiabank Inverlat (México)	-	133	(203)	11
Banco Colpatria (Colômbia)	917	-	(1)	-
Scotiabank Peru	-	-	(5)	-
Obrigações por empréstimos	(1.267.809)	(714.423)	1.723	(116.919)
BNS	(1.267.809)	(714.423)	1.723	(116.919)
Obrigações por repasses	(1.168.428)	(1.164.701)	(21.162)	(135.849)
BNS	(1.168.428)	(1.164.701)	(21.162)	(135.849)
Carteira de câmbio - posição passiva	(8.320)	-	651	(350)
BNS	(8.320)	-	651	(350)

b) **Remuneração da administração:** Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

a remuneração dos administradores para o semestre findo em 30 de junho de 2019 totalizam R\$ 6.017 (2018 - R\$ 4.982), sendo formadas por R\$ 4.186 (2018 - R\$ 3.821), que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos sobre gratificações, denominados benefícios de curto prazo e por R\$ 1.831 (2018 - R\$ 1.161), que representa remuneração baseado em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

23. Pagamento baseado em ações: Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco com base em ações. Uma parcela que apura o valor justo do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através de um dos seguintes planos: RSU, PSU ou DPP. **a) Plano de Unidades de Ações Restritas (RSU - Restricted Share Unit Plan):** De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 30 de junho de 2019, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 1.749 (2018 - R\$ 986) e a quantidade total de ações é de 15.552 unidades mensuradas pelo valor justo ponderado de R\$ 0,209 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 934 (2018 - R\$ 162). **b) Plano de Unidades de Ações por Desempenho (PSU - Performance Share Unit Plan):** De acordo com o plano de PSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus ao final de três anos. Além da variação do preço da ação do BNS, esta parcela dos bônus está sujeita a critérios de desempenho (Retorno sobre o patrimônio líquido e Retorno total ao acionista) medido ao longo de um período de três anos, pelo qual um fator multiplicador é aplicado. Em 30 de junho de 2019, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 2.708 (2018 - R\$ 3.618) e a quantidade total de ações é de 27.846 unidades mensuradas pelo valor justo ponderado de R\$ 0,209 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 1.099 (2018 - R\$ 729). **c) Plano de Desempenho Diferido (DPP - Deferred Performance Plan):** No âmbito do plano de DPP, a parte dos bônus recebida pelos funcionários elegíveis a este plano é alocada na forma de unidades. Estas unidades têm os seus valores definidos com base na variação do preço de mercado das ações do BNS e são pagas aos funcionários em cada um dos três anos seguintes. Em 30 de junho de 2019, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 1.405 (2018 - R\$ 2.631) e a quantidade de ações é de 7.133 unidades mensuradas pelo valor justo médio ponderado de

R\$ 0,197 por ação, apurado com base nos preços originais das ações quando foram concedidas. Não houve despesa registrada no semestre para este plano.

24. Benefícios a empregado pós-emprego: Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Banco oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no semestre findo em 30 de junho de 2019, é de R\$ 460 (2018 - R\$ 428). Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros. O Banco não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

25. Índice de Basileia e Limites Operacionais: O Banco adota a apuração dos limites de Basileia com base nas diretrizes do BACEN. Em 30 de junho de 2019 o índice de Basileia do Banco é de 23,54% (2018 - 28,52%), respectivamente, o Patrimônio de Referência de R\$ 1.099.038 (2018 - R\$ 1.026.139) e o Patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 373.552 (2018 - R\$ 310.328). Outros limites operacionais também são exigidos pelo regulador, como o Índice de Imobilização. O Banco encontra-se enquadrado em todos os limites no final destes semestres.

26. Outras Informações: a) Operações ativas vinculadas: Em 30 de junho de 2019, o Banco possui operações ativas vinculadas no âmbito da Resolução CMN nº 2.921, com um único devedor, demonstradas no quadro a seguir:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2019	2018	30/06/2019	30/06/2018
Operações de crédito			01/01 a	01/01 a
NCE (nota 9 "a")	1.168.428	1.163.764	20.981	134.822
Obrigações por repasses				
Repasses do exterior (nota 16)	(1.168.428)	(1.164.701)	(21.162)	(135.849)
Resultado líquido			(181)	(1.027)

A remuneração das operações ativas vinculadas é suficiente para cobrir os custos das operações de captação. Não existem operações ativas vinculadas inadimplentes ou com questionamento judicial. Estas operações não devem ser computadas na apuração dos limites de exposição por cliente, estabelecidos na Resolução CMN nº 2.844. **b) Outras receitas/despesas operacionais:** Em 30 de junho de 2019, referem-se substancialmente: (i) "Outras receitas operacionais", a rendas de atualização de depósitos judiciais e impostos, e reversão de provisões operacionais; (ii) "Outras despesas operacionais", a atualização de impostos e contribuições sobre os lucros, e provisão passiva de contingências fiscais. **c) Eventos subsequentes:** Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2019.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores do
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de agosto de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Giuseppe Masi

Contador CRC 1SP176273/O-7



Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

CNPJ nº 29.030.467/0001-66

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 7º Andar
CEP 01452-000, São Paulo – SP.

T: (11) 2202.8100
br.scotiabank.com